

Aos catorze dias do mês de novembro de dois mil e dezoito, reuniu-se na sala de reuniões no campus Machado, os membros participantes da CAMEN, em reunião extraordinária para discutir a seguinte pauta: 1. Aprovação da Ata da reunião do dia 25/10/18. 2. Análise de proposta de alteração de PPCs: Técnico em Alimentos - Campus Carmo de Minas, Técnico em Informática Integrado - Campus Carmo de Minas, Técnico em Administração - Campus Carmo de Minas, Técnico em Agropecuária Integrado - Campus Machado, Técnico em Segurança do Trabalho - Campus Machado, Técnico em Administração - Campus Machado, Bacharelado em Sistema da Informação - Campus Machado, Bacharelado em Agronomia - Campus Machado. 3. Proposta de avaliação trimestral nos cursos técnicos integrados. 4- Minutas: Regimento do NDE Atribuições dos Coordenadores de Cursos de Graduação Regimento do Colegiado de Curso Superior. 5- Expedientes. Participaram da reunião: Luiz Gustavo de Mello, Michele Martins da Silva, Lilian Vanessa Silva, Cleonice Maria da Silva, João Paulo Rezende, Maria Aparecida Avelino, Letícia Sepini Batista, Aline Manke Nachtigall, Grasiane Cristina Silva, Evane da Silva, Marcos Roberto Cândido, Bruna Bárbara Santos Bordini, Mateus dos Santos, Daniel Reis Silva, Olímpio Gomes da Silva Neto, Luciana Simionato Guinesi, Bruno Rezende, Júlia Maria Fernandes de Almeida, Elisnara Domingues Mariano, Alan Carlos Guimarães. Participaram da reunião os coordenadores de curso: Patrícia de Oliveira Alvim Veiga, Ademir Duzi Moraes, Nivaldo Bragion, Simeia Paula de Carvalho Ceballos. Márcia iniciou a reunião cumprimentando aos participantes, verificou o quórum e estando em número suficiente, deu início. Ressaltou que a convocação para a reunião foi feita por meio do ofício 114/PROEN/RET/IFSULDEMINAS. Como primeira pauta apresentou a ata da reunião ocorrida no dia 25/10/18, devidamente publicada no drive da CAMEN, com tempo suficiente para que todos pudessem analisar e encaminharem suas sugestões de alterações. A ata foi analisada e aprovada pelo grupo. Em sequência, Márcia apresentou a solicitação feita pela professora Patrícia, solicitando alteração na ordem da apresentação da pauta por necessidade de se ausentar a fim de participar de uma banca do TCC no campus. Foi aceito pelo grupo. Márcia esclareceu o problema ocorrido com as minutas encaminhadas para os campi. Explicou que após os colegas da Proen participarem da construção dos documentos, ela e um colega, dedicaram uma manhã para formatar as minutas afim de ficarem organizadas para posterior envio. Depois desse trabalho os documentos foram arquivados para serem enviados aos campi. Somente, quando ela foi abrir a devolutiva dos campi é que constatou que o arquivo não foi salvo conforme eles haviam trabalhado. Nesse sentido, pede desculpas a todos e ressalta que não houve comprometimento de conteúdo. Márcia indicou que no expediente será apresentada uma Instrução Normativa que regulamenta o estágio dos estudantes participantes do Programa Residência Pedagógica, programa financiado pela CAPES ao qual o IFSULDEMINAS conveniou-se. Passou para a análise e apresentação dos PPCs dos cursos. Campus Machado, Curso de Agronomia, representado pela coordenadora Patrícia, que apresentou as alterações feitas. Disse que atendeu as indicações apresentadas pelo GT. O GT foi representado pela Bruna, Campus Passos. Disse que as sugestões do GT foram atendidas e questionou sobre os 20% da carga horária no regime semipresencial citado no texto do PPC. Disse que é citado no texto e não consta na matriz curricular. Patrícia esclareceu que será retirado este parágrafo uma vez que não é pretensão aplicar essa modalidade no curso. Foi colocado em votação a aprovação das alterações: Favoráveis 19 votos; não favoráveis 0 votos; abstenções 0 votos. Em uma pausa nas discussões, Márcia pediu que o grupo se apresentasse uma vez que tem novos membros participantes. Foram feitas as apresentações. Inês, em sua apresentação falou das avaliações para reconhecimento de cursos superiores do IFSULDEMINAS, dos resultados apresentados, parabenizou as equipes e ainda destacou a importância dos campi também se dedicarem ao incentivo da participação dos alunos no ENADE. Os demais membros se apresentaram. Em continuidade, passou para o curso Técnico em Informática Integrado, Campus Carmo de Minas, GT Machado. O curso foi apresentado pela Simeia que relatou os ajustes feitos para atender as necessidades dos alunos e as necessidades regionais. O GT foi representado pela Letícia. Ela

disse que a análise foi feita mediante as orientações do roteiro e que todas as sugestões foram atendidas. O GT apresentou parecer favorável ao curso. Foi colocado em votação. Favoráveis 17 votos, não favoráveis 0 votos e abstenções 0 votos. Curso Técnico em Administração, subsequente, Campus Carmo de Minas, GT Pouso Alegre. O curso foi representado pela Michele que apresentou as alterações feitas e disse que atendeu as indicações feitas pelo GT do Campus Pouso Alegre. Justificou que não tem como incluir no PPC o campo de pesquisa uma vez que o Campus Carmo de Minas está sendo estruturado e ainda não tem laboratórios para pesquisa. O GT foi representado pela Luciana, que questionou sobre a apresentação da instituição, foi esclarecido que atende ao modelo apresentado no PDI. Questionou sobre a disciplina optativa fora da carga horária mínima. Michele esclareceu que o aluno poderá optar ou não e que será ofertada como disciplina extra, em horário especial. Luciana questionou sobre gerar dependência ou não. Foi esclarecido que deverá seguir as normas acadêmicas dos cursos subsequentes. Luciana questionou sobre o nivelamento. Michele disse que é oferecido o horário para atendimento ao discente e pela monitoria. O GT apresentou parecer favorável. Foi colocado em votação. Favoráveis 18 votos. Não favoráveis 0 votos e abstenções, 0 votos. Curso em Agropecuária Integrado, Campus Machado, GT Inconfidentes. O curso foi representado pela Letícia que disse que a única alteração foi com relação ao número de alunos ingressantes. Justificou que tem uma grande procura e o campus tem condições de receber um número maior de estudantes. O GT foi representado pelo João Paulo que destacou que o GT é favorável. Colocado em votação: Favoráveis 18 votos. Não favoráveis 0 votos e abstenções, 0 votos. Curso Técnico em Segurança do Trabalho, Campus Machado, GT Três Corações. O curso foi representado pelo coordenador Ademir que relatou sobre os períodos de funcionamento do curso. Apresentou e justificou as alterações feitas no PPC, e disse que atendeu as sugestões apresentadas pelo GT. Disse que não encontrou a resolução de criação do curso. Foi esclarecido que esta é uma exigência legal para fins de registro de diplomas e que deverá verificar esta situação para regularização. Ademir disse que houve uma alteração profunda para atendimento ao mercado de trabalho. O GT foi representado pelo Bruno que disse que as sugestões e recomendações feitas pelo GT foram atendidas e apresentou parecer favorável. Márcia orientou ao coordenador que conste no histórico todos os pontos atendidos. Foi colocado em votação. Favoráveis 16 votos, não favoráveis, 0 votos, abstenções 0 votos. Curso Técnico em Administração, Campus Machado, GT Carmo de Minas. O curso foi representado pelo coordenador Nivaldo que relatou o histórico do curso desde a criação em 2010. Esta última revisão foi feita para o ajuste da carga horária em atendimento as mudanças com relação as questões orçamentárias. Foi alterado o número de vagas, a carga horária e atualização dos docentes. O GT foi representado pelo Luiz Gustavo que disse ter ficado em dúvida quanto ao curto período para alteração de PPC, porém, foi esclarecido que esta alteração ocorre em atendimento à legislação, desta forma, trata-se de uma necessidade. Relatou que houve alguns erros de configuração. Observou também que existem pequenos ajustes a serem feitos, como por exemplo a falta de uma citação de disciplina na Matriz Curricular. Solicita ao coordenador que dê uma olhada nas inconsistências destacadas. Disse que o curso está muito bem estruturado, destacou ainda que o PPC não seguiu ao roteiro. Nivaldo disse que foram feitas novas alterações em atendimento a legislação e o roteiro é apenas um roteiro, não tem obrigatoriedade. Márcia esclareceu que o PPC passou pela Resol. 044, em atendimento a legislação. Destacou que é um processo natural, quando os projetos são analisados pelos GT são destacados novos olhares que muito colaboram para a melhoria dos PPCs. Márcia destacou que o roteiro a ser seguido é um documento discutido pelos colegiados e definido que seriam seguidos na elaboração dos PPCs dos cursos. Nivaldo disse que recebeu cerca de 54 itens a serem revisto, porém, recebeu em um tempo muito curso e não é possível o atendimento nesse período. Luiz Gustavo disse que algumas alterações precisam ser atendidas. Luiz Gustavo disse que o parecer do GT é aprovar com ressalvas. Lilian relatou as dificuldades do GT nas análises e

que no instrumento de avaliação feito, consta as sugestões que podem não ser atendidas, porém, tem alterações que precisam ser atendidas por se tratar de erros, de citações feitas indevidamente. O GT se dedica nestas análises. Olímpio destacou que o roteiro é muito importante para os GTs, facilita nas análises. Márcia destacou que o prazo para a devolução dos PPCs é o dia 19, porém, coloca em discussão a possibilidade de ampliar o prazo para o dia 21. Questiona se o coordenador tem algum posicionamento. Letícia questionou sobre o não atendimento as recomendações, se vai para o CEPE ou não. Mateus disse que este é um problema já muito discutido. Márcia disse que no histórico apresentado deverá constar os pontos atendidos e os que não foram atendidos, com as justificativas. Letícia questionou se o CEPE poderá devolver o documento. Foi esclarecido que poderá não ser aprovado pelo CEPE e retornar. Letícia questionou se o prazo do dia 21 seria suficiente. Nivaldo disse que o tempo é pouco para se discutir com a área. Foi esclarecido que a maioria das solicitações não precisa de discussão com a área, apenas as questões que interfiram no curso. Márcia esclareceu que o prazo máximo é o dia 21 porque será necessário encaminhar ao CEPE para análise e a reunião será no dia 28/11. Luiz Gustavo destacou que a intenção do GT é colaborar com os demais campi e a instituição. Foi colocado em votação a aprovação do PPC mediante o atendimento das indicações feitas. Favoráveis 12 votos; não favoráveis 05 votos, abstenções 2 votos. Curso em Sistema de Informação, Campus Machado, GT Poços de Caldas. O curso foi apresentado pela Letícia que falou sobre as alterações feitas. O GT foi representado pelo Mateus que esclareceu sobre as sugestões apresentadas. Foi questionado sobre a oferta em um semestre ser ofertado no diurno e em outro no noturno. Foi esclarecido que estando descrito no edital, não haverá problema ofertar desta forma. Foi colocado em votação. Favoráveis 18 votos. Não favoráveis 0 votos e abstenções 0 votos. Curso Técnico subsequente em Alimentos, Campus Carmo de Minas, GT de Muzambinho. O curso foi representado pelo Luiz Gustavo que relatou como foram feitas as alterações, disse que atendeu as sugestões feitas pelo GT. Relatou que o campus está com novos laboratórios, que é um curso recente e que está em bom funcionamento. O GT foi representado pelo Marcos que disse que a análise foi feita com a colaboração de professores da área e com a ajuda de uma das pedagogas. Disse que o PPC atende as necessidades dos cursos. Favoráveis 18 votos. Não favoráveis 0 votos e abstenções, 0 votos. Próximo assunto é a proposta de avaliação trimestral nos cursos integrados. Márcia colocou o assunto em discussão. Relatou que recebeu do Campus Pouso Alegre a sugestão de alterar o sistema de avaliação para trimestral e não bimestral. Foi feita uma reunião entre a equipe da PROEN e o pessoal da DTIC sobre as possibilidades desta alteração do sistema SUAP-Edu. Márcia relatou que os campi novos estão trabalhando com o SUAP-Edu e que os 3 campi antigos estão se preparando para usar o mesmo sistema. Trata-se de um sistema que atende aos institutos e não tem custo uma vez que é um sistema criado para a rede, pelo IFRN. É um processo mais preciso que atende melhor as necessidades institucionais. Foi colocado aos técnicos da DTIC sobre a possibilidade. Foi esclarecido que no momento isto é inviável, pois as informações no sistema são interligadas. A DTIC informou que embora mudanças sejam necessárias e devem acontecer não será possível esse tipo alteração pois o impacto de alteração é muito grande no sistema e demandaria um tempo que não nos atende. Márcia esclareceu que esta foi uma colocação feita que impede esta alteração ainda este ano. Coloca ao grupo se este seria o momento ou não de discutir sobre a trimestralidade. Luciana coloca que a viabilidade somente ocorrerá se todos os campi estiverem predispostos a atender. Márcia destacou que esta é uma ideia importante que se tenha, pois, se trata de uma única instituição. Luciana ainda disse que as avaliações bimestrais são muito apertadas para os professores e alunos. Luiz Gustavo questionou se existe algum outro sistema que já funcione desta forma. Márcia esclareceu que foi dito também pelo Diretor do DTIC que a mudança deste modelo significa também perder o desenvolvimento do sistema feito pelo IFRN. João Paulo falou que realmente o número de avaliações é grande para todos os alunos. Concorda com a proposta da trimestralidade, acredita que seria bom discutir sobre este assunto.

Disse que entrou em contato com o técnico no campus e viu que há uma possibilidade, porém, não há tempo para os ajustes. Márcia destacou que o diretor da DTIC não disse ser inviável e sim no momento. Cleonice disse que este assunto deve ser discutido considerando as normas acadêmicas dos cursos técnicos, as quais também necessitam de alteração. Márcia esclareceu que ainda não foi deflagrada esta discussão aguardando a proposta do novo ensino médio. Deixou claro que esta é uma prioridade para se discutir. Marcos considerou que essa discussão vai além das normas, deve-se considerar também o período letivo, considerar período de férias. Relatou que já vivenciou esta proposta em outra instituição e não obteve os resultados esperados. A discussão precisa enfocar também estas questões. Com relação ao registro acadêmico a situação é ainda mais séria. Relatou que no Campus Muzambinho já tem uma experiência de avaliar as disciplinas com uma prova feita pelo professor e outra de forma interdisciplinar, com uma nota conjunta. O campus tem obtido bons resultados com esta experiência. Márcia destacou que o excesso de avaliações nos cursos integrados ocorre porque os cursos não funcionam como integrados. Mateus disse que as notas bimestrais realmente é um fator dificultador, sugere que seja feito um grupo de trabalho para discutir sobre outras formas de trabalho, como por exemplo, o regime modular. Márcia destacou que a fala do diretor da DTIC foi neste sentido, de pensar e repensar as necessidades e até mesmo em outros fatores que possam melhorar também a oferta dos cursos, dando um fôlego para que os técnicos possam desenvolver o sistema para os registros. Cidinha disse que esta discussão precisa mesmo ser mais ampla, envolver os professores e criar novas alternativas de avaliação. Bruno disse que não temos que esperar o sistema, que o assunto deve ser discutido e levado para as alterações a fim de que os ajustes possam ser feitos e as alterações ocorrerem mesmo que para um tempo maior. João Paulo sugere que este seja um assunto a ser discutido na primeira reunião da Camen de 2019. A alteração para trimestralidade não ocorrerá para ano de 2019, devendo o assunto ser discutido nos campi e nos colegiados. Em seguida passou-se a análise da minuta sobre as atribuições dos coordenadores de cursos de graduação. Márcia projetou o texto com todas as sugestões apresentadas pelos campi. Destacou que, como o documento foi postado com a devida antecedência, que fossem apresentadas as sugestões enviadas. Foi criada a legenda com os termos substituídos, acrescentados, os comentários e os retirados. No título foi sugerido acrescentar a atribuição dos coordenadores e vice-coordenadores dos cursos de graduação. Foi sugerido pela Aline que essa discussão fosse ampliada também pelos cursos técnicos. Sugestão aceita pelo grupo. Antes de avaliar o documento, Inês fez a leitura dos critérios que são avaliados no Instrumento de Avaliação do INEP que dizem respeito às atribuições dos coordenadores. Foi apresentado o documento e feita a leitura dos pontos destacados. Olímpio questionou sobre a necessidade de manter na coordenação do curso professores da área. Bruna sugere que seja usado o termo preferencialmente da área. No artigo 3º foi acrescentado um inciso constando que o coordenador deverá ser atuante no curso, com formação específica e um parágrafo único dizendo que na eventualidade de ocorrer candidatura de docentes com formação específica em área a fim, esta candidatura será avaliada pelo colegiado de curso. João Paulo questionou sobre a formação específica. Letícia acha que o termo especificamente poderá restringir os candidatos à coordenação. Lilian sugere que existem situações onde profissionais da área atendem melhor do que o específico. Bruna destacou a importância da rotatividade de docentes no curso, acha que não deve limitar muito. João Paulo sugere que não seja inserida esta exigência. Disse que limitar os candidatos pode tornar um empecilho para os cursos, ficando a cargo da eleição. Ficou decidido que o texto permanecerá como a proposta inicial. No artigo 4º, João Paulo questiona sobre a participação dos alunos na votação. Bruna disse que no Campus Passos, isso fica a critério dos colegiados. Grasiene disse que no modelo atual usado, os alunos também deveriam participar do processo eleitoral. Aline apresenta um contraponto. Disse que com a participação do aluno pode não ser tão produtivo quanto a atuação do professor. João Paulo pontuou que a eleição é um momento de aprendizagem para os alunos.

Olímpio disse que é complicada a participação dos alunos, pois, podem não conhecer os professores. Letícia destacou que a votação dos alunos deverá ter um peso proporcional. No artigo 4º foi registrado que os colegiados de curso deverão estabelecer e conduzir o processo eleitoral para eleição de coordenador e vice-coordenador de curso de graduação. Foi colocado em votação: Favoráveis 15 votos, não favoráveis 3 votos; abstenções 0 votos. Foi colocado em votação se os estudantes votem com proporcionalidade. Favoráveis 16 votos, não favoráveis 2, abstenções 0 votos. Foi acrescentado um novo artigo constando a participação dos alunos com o peso de 50% docentes e 50% discentes. Será inserido um parágrafo constando que como será feita a média da proporção. Ficou definido que será feita a construção do texto conforme usado nos processos eleitorais. Com relação a publicidade das informações do curso, Bruna sugere que seja inserido um inciso que deixe claro a atribuição do coordenador de comunicar a todos os setores envolvidos, inclusive a publicação no site da instituição. Foi sugerido que fosse acrescentado que as informações do curso devem ser informadas pelos meios institucionais. Foi inserido no documento um artigo dizendo que o coordenador do curso terá mandato de dois anos, podendo participar de mais um mandato subsequente desde que tenha sido eleito por novo processo eleitoral. Acrescentou-se também que o primeiro coordenador do curso será indicado pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), que atuará no curso e na inexistência desse grupo, no momento da estruturação do curso, o coordenador poderá ser indicado pelo diretor geral do campus que oferta o curso. Terá mandato de dois anos, após este período máximo deverá acontecer a eleição. O coordenador do curso poderá ser destituído pelo diretor geral do campus quando desrespeitar suas atribuições diante de comprovação, com direito de ampla defesa. Foi acrescido também que no caso de não haver candidatos, o diretor geral poderá indicar um coordenador *pro tempori* por um período de até dois anos. Com relação a atuação do coordenador junto a CPA, foi inserido no texto que este deverá promover esclarecimentos sobre o trabalho da CPA junto aos estudantes e docentes do curso; promover e acompanhar a participação de estudantes e docentes nos processos avaliativos promovidos pela CPA; encaminhar para o NDE os relatórios consolidados promovidos pela CPA para análise e considerações dos pontos críticos e propor soluções, identificar pontos fortes e as ações exitosas. Com relação a avaliação externa foi destacada a função de atuação no processo de avaliação do curso. Foram inseridas as atribuições necessárias para o acompanhamento do processo de avaliação. Deverão ser inseridas as atribuições do coordenador quanto a sua participação nas atividades referentes ao ENADE. Ficou definido que a Inês fará a inserção das atribuições obrigatórias no que diz respeito ao ENADE. Com relação a participação dos coordenadores nos órgãos superiores, Márcia destacou que é importante a participação, porém, será necessário que os regulamentos dos referidos órgãos possam prever esta participação. Os coordenadores participam do NDE e do colegiado, sendo presidente do colegiado. Com relação a divulgação do horário de aulas, local das salas, uso de laboratórios, fica a cargo do coordenador de curso. Mateus acredita que esta é uma atribuição geral e não do coordenador. Bruna disse que a coordenação geral, faz o horário geral, porém, a divulgação aos alunos, fica a cargo do coordenador. Letícia disse que não há como a coordenação geral divulgar aos alunos de todos os cursos, deve ser atribuição do coordenador mesmo. Foi decidido retirar esse artigo por já estarem contempladas na atribuição de publicizar as informações do curso a comunidade acadêmica. Com relação as questões pedagógicas e administrativas do curso, foi colocado em discussão sobre a atribuição de organizar o horário de uso coletivo e individual dos laboratórios, em acordo com os técnicos responsáveis, e verificar se o funcionamento e instalações estão adequados para o trabalho acadêmico. Bruna acha que esta função é importante de ser repassada para que seja elaborado pela diretoria/coordenadoria de ensino possa elaborar o horário geral de uso. Sugere que o artigo garanta que o coordenador de curso deverá encaminhar as demandas de horário de uso de laboratório ao responsável no campus pela elaboração do horário geral. Devido ao horário, Márcia destacou que o grupo está na metade da

avaliação deste documento e ainda teríamos outros dois a serem avaliados. Sugere que seja agendada uma web para que sejam analisados os demais artigos. Os outros documentos, sugere que sejam criados GTs para análise dos documentos e discussão em outras reuniões por web. O grupo está de acordo. Ainda precisa ser avaliada a instrução normativa para o estágio dos alunos que fazem parte da Residência Pedagógica. Foi agendada a reunião para o dia 23 próximo, às 8:00 horas por web conferência. Márcia encerrou a reunião, agradeceu a participação de todos e eu, Sônia Regina Alvim Negreti, secretária *ad hoc*, lavro a presente ata que segue assinada pelos participantes.